

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.308.572 - SE (2012/0054299-4)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**RECORRIDO : EMANUEL MARCELO DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : EDGAR PATROCÍNIO DOS SANTOS JÚNIOR - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça desse Estado.

A controvérsia tratada nos autos foi bem relatada no parecer ministerial às e-STJ fls. 609/615, *in verbis*:

*Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, com fundamento na alínea a, do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESSE ESTADO, nos autos da apelação criminal 0642/2011.*

*2. Consoante se extrai dos autos, o recorrido foi condenado pelo 2º Tribunal do Júri de Aracaju/SE às penas de 13 (treze) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no art. 121, § 2º, II e IV c.c. art. 14, II, todos do Código Penal (homicídio qualificado na forma tentada).*

*3. Irresignada, a defesa apelou perante o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, tendo a Câmara Criminal acolhido a preliminar de nulidade pela ausência de alegações finais, nos termos do acórdão às fls. 559/568, assim ementado:*

*"DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL - APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO (ART. 121, § 2º, INC II E IV C/C ART. 14, II, TODOS DO CP) - JURI - PRELIMINAR EX-OFFICIO - AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO CONTRADITÓRIO E DA . AMPLA DEFESA (ART. 5º, LV, DA CF/88) - PRELIMINAR ACOLHIDA - ANÁLISE DO MÉRITO PREJUDICADA - UNÂNIME."*

*4. Daí o presente recurso especial, no qual o Parquet alega que o acórdão recorrido contrariou o art. 563, do Código de Processo Penal, ao declarar nulo o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri sem a clara demonstração do prejuízo sofrido pelo recorrido, em virtude da ausência das alegações finais.*

*5. Foram apresentadas contrarrazões às fls. 588/596.*

6. O recurso especial foi admitido na origem, nos termos do despacho de fls. 599/601.

O Parquet opinou pelo provimento do recurso especial.

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem reconheceu nulidade, de ofício, em razão da falta de apresentação de alegações finais pela defesa, nos seguintes termos (e-STJ fls. 550/557):

**PRELIMINAR EX-OFFICIO**

***Compulsando os autos, devo salientar que o réu fora assistido por defensor público, Dr. João Emílio Santa Rita Dantas, o qual fora intimado para apresentar as alegações finais (fls. 200), deixando transcorrer in albis o prazo.***

*Desta forma, não pode o Estado se beneficiar de falha na assistência judiciária gratuita por ele prestada ao réu a fim de obter, mais rapidamente, o título executivo que lhe permitirá executar a sentença penal condenatória. Permitir isto significa deixar indefeso quem do Estado depende para ter assistência judicial, o que é inaceitável.*

*A apresentação das alegações derradeiras da defesa constitui ato indispensável à validade do processo e sua ausência causa evidente cerceamento de defesa, independentemente de comprovação de prejuízo aferido ao réu.*

*Ao se referir ao dispositivo legal supracitado, o doutrinador Júlio Fabbrini Mirabete (in Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo: Editora Atlas. 7ª ed. pág. 1088) afirmou com muita propriedade que:*

[...]

*Assim, entende-se que as alegações finais são a essência do contraditório penal e sua ausência fere o princípio constitucional da ampla defesa do réu. Trata-se, portanto, de nulidade de caráter absoluto, que independe de alegação da parte e da demonstração de prejuízo, e pode ser invocada em qualquer tempo e grau de jurisdição.*

*Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, in verbis:*

[...]

*Sendo assim, há que se reconhecer o cerceamento de defesa do réu decorrente da falta de apresentação de alegações finais, pois estas constituem peça essencial do processo-crime aqui discutido.*

*Diante do que se expôs, conheço da Apelação Criminal nº 0642/2011 a*

*fim de acolher a preliminar argüida ex-officio, restando prejudicada a análise do mérito recursal em observância ao princípio do devido processo legal.*

Contudo, "o entendimento desta Corte Superior é no sentido de que a ausência do oferecimento das alegações finais, em processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade, por constituir, a decisão de pronúncia, mero juízo provisório quanto à autoria e à materialidade" (HC n. 347.371/PE, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 22/6/2016).

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. NULIDADE. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS. DEFESA INTIMADA. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DA PEÇA É POSSÍVEL. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FUNDAMENTAÇÃO ABSTRATA. ILEGALIDADE CONSTATADA. EXCESSO DE PRAZO. MATÉRIA SUPERADA. RECURSO EM HABEAS CORPUS PROVIDO.

1. O entendimento deste Tribunal Superior é de que a ausência do oferecimento das alegações finais, em processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade, por constituir, a decisão de pronúncia, mero juízo provisório quanto à autoria e à materialidade." (RHC 49.165/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 21/05/2018)

2. A sentença de pronúncia mantém a prisão preventiva sem apontar qualquer motivação concreta para a prisão, fazendo referência à gravidade abstrata do delito e menciona que o *modus operandi* é grave, mas não indica, em elementos concretos, qual é esta gravidade, valendo-se de fundamentação abstrata e com genérica regulação da prisão preventiva, além de presunções e conjecturas, evidenciando a ausência de fundamentos para o decreto prisional .

3. Recurso em habeas corpus parcialmente provido, para soltura do paciente MELQUESEDEQUE BARROS FLORES, o que não impede nova e fundamentada decisão de medida cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual.

(RHC 86.002/AM, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 11/09/2018, grifei)

PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO FÚTIL E PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSO DE IMPOSSIBILITOU A DEFESA

DA VÍTIMA. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. ALEGAÇÕES FINAIS. DEFICIÊNCIA TÉCNICA. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE APELAÇÃO JULGADA NA CORTE DE ORIGEM. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO. PRECEDENTES.

**1. Esta Corte Superior tem entendimento de que até mesmo a ausência de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarretaria nulidade, por constituir, a decisão de pronúncia, juízo provisório quanto à autoria e à materialidade. Precedentes.**

**2. A superveniência do julgamento da apelação da defesa prejudica a análise, por perda de objeto, da pretensão de revogação da prisão preventiva, uma vez que o novo título justifica a restrição à liberdade. Precedentes.**

**3. Recurso em habeas corpus improvido.**

(RHC 49.165/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 21/05/2018, grifei)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO (MOTIVO TORPE E RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA). AUSÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA. NÃO COMPROVAÇÃO. NÃO APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS ANTES DA PRONÚNCIA. ILEGALIDADE NÃO DEMONSTRADA. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRINCÍPIO DA VOLUNTARIEDADE RECURSAL. PRISÃO PREVENTIVA. LEGALIDADE JÁ APRECIADA POR ESTA EG. TURMA. AUSÊNCIA DE FATOS OU ARGUMENTOS NOVOS. "REABERTURA DA INSTRUÇÃO APÓS A PRONÚNCIA". MATÉRIA NÃO APRECIADA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

**I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento da Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.**

**II - Consolidou-se no âmbito dos Tribunais Superiores o entendimento de que apenas a falta de defesa constitui nulidade absoluta da ação penal. A insuficiência da defesa, de outra sorte, para que seja apta a macular a prestação jurisdicional, deve ser acompanhada da demonstração de efetivo prejuízo, nos termos da Súmula 523/STF.**

**III - Esta eg. Corte de Justiça assentou o entendimento de que a**

*ausência de alegações finais nos processos de competência do Tribunal do Júri não acarreta nulidade, tendo em vista que a pronúncia constitui mero juízo provisório sobre a materialidade e indícios de autoria.*

*IV - A não interposição de recurso em sentido estrito contra a pronúncia não configura nulidade, considerando o princípio da voluntariedade recursal, previsto no art. 574, caput, do CPP.*

*V - Desnecessária nova apreciação acerca da legalidade da prisão preventiva decretada na pronúncia, quando esta eg. Corte já concluiu pela adequação, nos termos do art. 312 do CPP e a Defesa não apresenta qualquer fato ou argumento novo, tratando-se de mera reiteração de pedido.*

*VI - Inviável manifestação acerca de eventual "reabertura da instrução criminal após a pronúncia", por esta eg. Corte, quando a matéria não foi apresentada ou apreciada pelo eg. Tribunal a quo, sob pena de supressão de instância.*

*Habeas corpus não conhecido.*

(HC 361.017/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 15/08/2017)

Ante o exposto, **dou provimento** ao recurso especial para anular o acórdão recorrido e determinar o prosseguimento da apreciação das demais teses aduzidas em apelação criminal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator